



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO**

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA/EXTRAORD.AUDIÊNCIA PÚBLICA/etc.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21 de Março de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Boa tarde a todas e todos. Na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher declaro aberto os trabalhos da primeira audiência pública do ano de 2012.

Estão presentes os Vereadores: Gilberto Natalini, que preside esta audiência; Claudio Prado; Sandra Tadeu e Ushitaro Kamia.

As audiências públicas têm como objetivo ouvir os autores e a população em geral a respeito dos projetos de lei que estão em pauta tramitando na Câmara Municipal e, por questões do Regimento Interno, não há necessidade de quórum, como acontece nas reuniões ordinárias. Basta que haja um Vereador que presida a audiência pública, evidentemente, os projetos em pauta e as pessoas que vão se manifestar sobre eles. Mas, de qualquer forma, hoje, contamos com quatro Vereadores nesta audiência.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

A presente audiência pública tem como objetivo a discussão de quatro projetos de lei com os temas vigilância sanitária, e crianças e adolescentes.

Passemos à pauta. Tema: vigilância sanitária.

Segunda audiência pública do Projeto de Lei nº 350/2010, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos cinemas do Município de São Paulo, que exibem filmes em terceira dimensão (3D) a promover a higienização nos óculos - acessórios utilizados para este fim, e dá outras providências.

A Vereadora Sandra Tadeu pleiteia a defesa do seu projeto pessoalmente.

Tem a palavra, pela ordem, a autora do Projeto, Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU** – Boa tarde a todos, a minha preocupação, nobres Vereadores, é a questão da higienização dos óculos. Na verdade, os óculos tornam-se peça íntima nossa. Toda hora as pessoas o colocam no rosto, depois tiram. Muitas vezes esfregam

os olhos.

Estes óculos são meus. Agora, imaginem os óculos de 260 salas de cinemas da cidade de São Paulo. Muitas vezes eles colocam lá que foi higienizado, mas não sabemos de que modo foi feita essa higienização. Só sabemos que todos são jogados dentro de um cesto.

Na verdade, deveria haver normas, até tipo um protocolo de como se deve fazer a higienização desses óculos, para que a Prefeitura, talvez a Covisa, creio que seja a mais adequada, a que deveria estar fiscalizando isso, possa realmente dar condições para que as pessoas coloquem aqueles óculos com segurança.

É possível pegar uma série de doenças. A principal, todos já têm noção, é a conjuntivite. Se houver um surto de conjuntivite na Cidade, como normalmente às vezes acontece, imaginem com esses óculos. Vai ser muito mais do que o normal.

Penso que esse Projeto é extremamente importante, gostaria de contar com o apoio dos meus nobres Pares nessa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini) - OK.** Autora do Projeto fez a defesa.

Pergunto se há algum representante de órgão público, da Covisa, ou alguém que queira se manifestar sobre o Projeto 350/2010.

Eu gostaria de dar uma opinião.

**O SR. CLAUDIO PRADO –** Eu também gostaria.

**A SRA. SANDRA TADEU –** Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini) –** Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Claudio Prado.

**O SR. CLAUDIO PRADO –** Sr. Presidente, fui citado na TV Bandeirantes, pelo programa CQC. Não vejo muito, mas tive de ver inclusive porque eles fizeram uma reportagem aqui.

Nós colocamos que a importância das audiências públicas para cada Vereador que está aqui – quero parabenizar a Vereadora Sandra Tadeu, porque veio aqui, apesar de que

participa desta Comissão – mas em várias comissões, onde tenho projetos, eu costumo ir, ou se não posso, procuro mandar um assessor meu, geralmente é a minha advogada para verificar qual é a opinião da participação popular em relação ao Projeto. Isso é uma audiência pública, ou seja, como disse o Vereador Gilberto Natalini, o que a Covisa pensa sobre essa situação.

Por vezes, não estamos nas audiências públicas da nossa própria comissão. Comentei com o repórter, dizendo:

“Se você for pegar a minha comissão, mesmo sendo uma comissão extraordinária, a do Idoso, você verá que tenho participação 100%, sou Presidente! Sou obrigado a estar lá. Sou eu quem determina a pauta e tudo o mais”.

Claro, tem ainda o Vice-Presidente que poderia estar, mas as responsabilidades recaem geralmente sobre o Presidente. Por isso que a nobre Vereadora Juliana Cardoso está 100%, já perdeu um pouco dos 100% pois não está mais nas audiências públicas.

Posso citar o nobre Vereador Eliseu Gabriel, também 100%, é Presidente. O nobre Vereador Claudio Fonseca é Presidente.

Então por muitas vezes não estamos dentro desta comissão, mas está participando de outra. Audiências públicas que são gerais, como a do monotrilho, nós participamos, já fomos várias vezes, debatemos e estamos atento a tudo que acontece no geral.

Temos 4 projetos e por isso estou parabenizando a Vereadora Sandra Tadeu. São projetos dos Vereadores Netinho, Aurélio Miguel e Jamil Murad. Eles não estão presentes, mas imagino que atentos aqui estão seus assessores, os quais levarão suas opiniões para os Srs. Vereadores caso alguém, nesta audiência, disser algo importante para somar aos respectivos projetos.

Por isso que não vejo ser fundamental e até por isso não consta no Regimento Interno a obrigatoriedade da participação nas audiências públicas. Não que não seja importante estar presente, ao contrário, é importante, sim, e muito. Em algumas audiências

públicas alguns órgãos do governo fazem questão de participar pois sabem que as manifestações influenciarão lá nas Secretarias. Nesse sentido, é uma obrigação.

Não estou nem justificando, estou dizendo que considero esse nosso passar por aqui como Vereador importantíssimo e, por isso, dar a devida importância a todos os fatos que ocorrem nesta Casa.

Mas não gosto de atitudes como a desse programa que me disse: “Olha, vou passar” – acho injusto – “que se você não foi a 40%” – eu participei a 60% - “se você não foi a 39% é porque estava em um motel com alguém”. Eu só poderia responder o que respondi.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Por favor, não responda.

**O SR. CLAUDIO PRADO** – Que a minha religião não permite.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Então pode responder.

**O SR. CLAUDIO PRADO** – Tinha pensado em outras respostas, mas disse: “Cabe a você frequentar a Casa, verificar a responsabilidade de cada um dos Srs. Vereadores para depois fazer uma brincadeira idiota como essa”. Ele me fez outras perguntas idiotas também.

Tenho um projeto importante e quero trazer ao debate, que trata de abrir os cemitérios para ter a transmissão do velório pela internet. Mas disseram: “Isso é uma besteira, não existe”. Respondi: “Na hora que sua mãe morrer – não desejo que isso aconteça, claro – mas se um irmão seu estiver num local que não pode vir, mas, através da internet, fazer uma oração conjunta contigo exatamente naquele momento, então, você considerará um bom projeto”.

Então estou dizendo isso na defesa de vários Vereadores.

Se estamos fazendo, ou tomando atitudes na Casa, que consideramos importante, deve ser respeitado. Estive na Mesa Diretora o ano passado e, agora, que retornei à minha base eleitoral, ainda ouvi: “Você sumiu!”, resposta: “Sumi porque achei importante tomar todas as ações da Vereança e da Casa com responsabilidade. Se estou na Mesa Diretora como Segundo Vice-Presidente, tenho de ter responsabilidades sobre as ações e não simplesmente

estar por estar”.

Considero fundamentais as audiências públicas como a nobre Vereadora mencionou. Fui em cinemas com projeção 3D, os óculos são devolvidos e você imagina que eles não têm responsabilidade alguma. Colocam a devolução numa caixa e, na próxima sessão, dão a outras pessoas. E as pessoas ficam contentes e utilizam novamente.

Quero parabenizar esse projeto colocado pela nobre Vereadora.

Mas eu precisaria expor essas atitudes de alguns programas, tenho certeza que não é do Voto Consciente. O Voto Consciente tomou essa atitude somando com todos, pois soma nas audiências públicas, soma na frequência das comissões, soma nas intervenções que manifesta em plenário. Isso é uma obrigação e o Voto Consciente está aí para isso.

Entretanto, eles não têm a responsabilidade sobre as ações dos Srs. Vereadores. Daí vêm até nós como se fosse brincadeira. Imagino que nenhum Vereador que obteve, em média, 30 mil votos de seus eleitores, tenha vindo a esta Casa para brincar e que não tenha responsabilidade ou ainda que veio não para ter uma ação justa com a comunidade.

De meu lado, tenho responsabilidade e procuro fazer as ações mais justas possíveis. Gostaria de ter até consciência maior para produzir a solução para todos os problemas da sociedade. Não tenho, mas somado com os 54 Srs. Vereadores e com a sociedade, procuro buscar essas soluções. Com responsabilidade e não com brincadeiras como vêm tentar fazer aqui.

Desculpe-me nobre Vereadora Sandra Tadeu. Parabenizo-a pelo projeto e pela defesa que por ele vem fazendo.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Antes de prosseguir, quero dizer nobre Vereador Claudio Prado, aos demais Parlamentares e a todos presentes, que é saudável a Cidade nos fiscalize. É saudável que a Cidade saiba a cada minuto onde estão seus representantes. É saudável que a Cidade nos critique, nos cobre. É muito saudável.

O jogo da democracia é fundamental, pois quanto mais a autoridade estiver exposta

ao crivo da opinião pública, melhor, ou seja, melhor será o comportamento dela.

O problema é existir uma opinião corrente no Brasil que deseja, de qualquer forma, enfraquecer o Parlamento e a Democracia. É aí que mora o perigo.

Então a crítica é saudável, o controle social é saudável, a presença e a cobrança das pessoas são saudáveis. O problema não é fazer isso, mas, às vezes, numa padaria, num bar, quando identificado como Parlamentar, ouve-se: “Tudo ladrão”. Você se aproxima da pessoa que disse isso, sabendo que falou para ser escutado, e diz: “Meu senhor, nunca lhe vi, me conhece, sabe da minha vida, do meu trabalho, como o senhor está me chamando de ladrão? Nunca fui e nunca serei. Não está na minha natureza ser ladrão”. E a pessoa ainda retruca: “Não, mas são todos iguais”. Conversa vai e conversa vem, aperta aqui e ali e, muitas vezes, ouvi ainda: “Se eu estivesse lá, também roubaria”.

Os senhores entendem onde está a natureza do problema? Então eu digo: “O problema então é o senhor, não sou eu. Olhe-se no espelho e chame-se de ladrão, não a mim, pois não sou isso que está falando. Não aceitarei que me ofenda desse jeito”.

A relação entre o eleitor e o eleito tem de ser cobrança mesmo, de exigência. Todos nós temos de trabalhar muito. Grande parte de nós trabalho muito mesmo. E além de tudo temos de ter uma conduta ética.

Portanto, na hora de julgar e falar, deve-se falar de coisas concretas, de fatos objetivos. Podem dizer: “Fulano, você se desviou aqui, ali e acolá”. Cobrar mesmo. Temos de limpar o cenário brasileiro. Não só dentro dos Parlamentos, nobre Vereador Claudio Prado, mas dentro também dos tribunais de justiça, das igrejas, das salas de aula, do Poder Executivo, nas Federações de Indústrias, Comércio e Serviços.

O problema existe no Brasil. É evidente que existe. Porque tem de ser só o Parlamento onde fazem essa degradação? Se é para discutir, temos de sentar, apontar o dedo e onde está o problema no Brasil. Tem no Parlamento? Tem, sim senhor. Tem problema grave? Tem, sim senhor. Tem gente que faz o que não deve? Tem, sim senhor. Mas onde não

tem? Aponte onde não tem! Vai dizer que o Ministério Público é santo nessa história toda? Ou que um padre ou pastor é santo?

Desculpem, é em todo lugar. Infelizmente, nosso país está permeado desse tipo de problema em todos os fóruns possíveis, inclusive no Parlamento.

Mas, para os que não são assim, bate um desânimo e uma vontade de largar. Só que, possivelmente os que são do bem ao largar, darão lugar a outros que não sejam do bem.

Repito: o desânimo é grande, porque a cobrança é feita de forma absolutamente desairosa.

V.Exa. citou o problema da rede de televisão. Conversei com essas pessoas. Um dia vim e voltei sem carro. Meu carro ficou na garagem onde é seu lugar quando não o uso. Na garagem da Câmara, não na garagem da minha casa. Nesse dia entrevistaram-me: “O senhor veio de quê?”, respondi: “Vim assim, assim e assim e voltarei assim, assim e assim, quer voltar comigo? Volto com você. Vamos juntos”. Terminaram a entrevista, desceram e puseram na entrevista a minha declaração e filmaram o carro na garagem, como quem diz: “O carro dele está aqui, ele está mentindo”.

Senhores, nunca menti em minha vida. Não é da minha natureza mentir. Não minto. Por isso, tantas vezes sou antipático. Não sei mentir. Eu mentiria para eles, dizendo que vim sem carro, com o carro na garagem? Os senhores acham que eu iria enganar um jornalista, sou algum idiota? Mas, eles puseram no ar como se eu estivesse mentindo, dizendo que não vim de carro, mas o carro estava ali. O carro dormiu na garagem da Câmara. Eu disse ao meu motorista: “Deixe o carro aí e vá para casa, pois vou por minha conta. Depois a gente vê como faz”. Realmente, é uma forma de tratar muito desrespeitosa.

Vereador Claudio Prado, acho que o Presidente da Câmara e a Mesa Diretora deveriam chamar para um debate os 55 Srs. Vereadores e as pessoas, entidades, enfim, quem quiser para discutir o que a Cidade espera de nós.

Se o Regimento Interno estiver defasado e estivermos errando, caso o regimento

não diga respeito ao que a Cidade anseia, mudamos o regimento, de acordo com a vontade do povo.

Eu sei que trabalho de quinze a dezesseis horas todo santo dia. E não trabalho para mim, trabalho para meu mandato, para os que me elegeram e para a população como um todo.

Mas se não venho a uma audiência, com certeza, estou em outro local fazendo outro trabalho. Não estou no motel, como insinuaram para V.Exa.

Então não sei para onde vou, por exemplo, agora estou aqui, mas deveria estar lá. Quando não estou lá, estou aqui. Como faço? O que a população quer que eu faça?

Afinal, a audiência pública não é ter a Mesa cheia de Vereadores. O objetivo é ter um Vereador para escutar o público sobre o projeto de lei. Depois, essa audiência se incorpora ao projeto e nós Vereadores temos acesso a cada letra que foi proferida na respectiva audiência.

E, muitas vezes, mandamos mesmo o assessor, pois não podemos estar em vários locais ao mesmo tempo.

Então temos de saber da população o que ela quer, como ela deseja que trabalhemos e acho que o Presidente da Câmara Municipal deve mesmo chamar uma reunião de alto nível para ouvir o que as pessoas querem de cada um de nós.

Eu sei que o senhor trabalha muito.

Hoje eu brinquei com a Vereadora – falei que ela era trabalhadeira. Ela falou que eu estava usando um termo das antigas. Ela trabalha muito. O Vereador Kamia, que por acaso está aqui, trabalha muito. Então é claro que tem, entre nós, aqueles que trabalham menos; em todo lugar tem. Também tem formas de trabalhar.

O fato é que, do jeito que está, está ruim. A relação entre a população e os seus parlamentares está muito azedada – vereadores, deputados estaduais e deputados federais. Isso vai no coração da democracia. Eu não acho difícil, daqui para ali, ter um louco que diga:

“Fechem essas casas todas, que isso não vale nada; é só dinheiro gasto”. Já houve isso no Brasil. “Fechem Congresso, a Assembleia, fechem isso aí, porque vai ter aqui o iluminado que, sozinho, vai tocar tudo, sem precisar desse monte de gente se reunindo, gastando dinheiro público, etc. e tal”. Agora, sinceramente, eu sou favorável ao controle. Eu nunca vou levantar uma voz contrária àqueles que me controlam. Apenas o que a gente pede é um pouquinho de respeito e um pouquinho de sinceridade ideológica, particularmente a imprensa, que, para vender programa, mente a respeito da nossa conduta. Fala que a pessoa estava no motel. Quer dizer, uma forma desrespeitosa até diante da sua família. Uma coisa pessoal, que não diz respeito. É preciso controle. Eu sou favorável a todo tipo de controle – qualquer um. Tanto é que eu leio email por email que me chega. Eu leio e respondo pessoalmente. E são muitos, viu. Porque eu quero saber o que as pessoas estão pensando de mim; e eu também quero me comunicar com elas.

Para terminar, quero parabenizar a Vereador Sandra Tadeu, pelo projeto, que é muito oportuno para a saúde pública e até para a questão de higiene, de a pessoa não ter asco de pegar um equipamento no cinema, colocar no olho, sem saber quem foi o anterior que pegou, porque você pode, eventualmente, transmitir alguma coisa através de um equipamento como os óculos, que, como ela disse, é uma peça quase íntima da nossa vida.

Tem a palavra a Sra. Edna dos Santos Freitas.

**A SRA. EDNA DOS SANTOS FREITAS** – Boa tarde a todos. Meu nome é Edna dos Santos Freitas, e eu sou voluntária do Movimento Voto Consciente.

Eu soube realmente do ocorrido. Parece que isso aconteceu aqui na Câmara na quarta-feira passada. Se não me engano, integrantes do Programa CQC vieram aqui. E eles pegaram dados do Voto Consciente sobre audiência pública, que são aquelas prestações de contas. E esses dados foram pegos pelo Voto Consciente do site da Câmara. Não tem nada a ver com a Comissão de Saúde, e nem com as outras comissões. Eu não sei, mas parece que os repórteres, para cada Vereador, falaram assim: “Você faltou a 80% das audiências públicas.

O que você faz?” Mas eu não sei, porque eu não assisti ao programa; nem assisto a esse programa.

A Sônia, a coordenadora dos voluntários da Câmara Municipal, foi chamada, de dentro de uma comissão, para falar sobre isso. Se não me engano, eu estava falando com ele, com o Antonio Carlos Rodrigues. Eu não sei bem. Tenho quase certeza de que foi ele, mas não sei se foi este Vereador mesmo. Parece que era um que foi presidente. Deve ter sido este. Ele usou de toda a grosseria com a Sônia. Falou que era mentira, que eram todos os dados assim... E a Sônia tentou explicar que não, que aqueles dados são da própria Câmara Municipal, que foi da onde ela tirou. E ele não a deixou falar. E aí, a única coisa que ele falou foi: “Sr. Vereador, eu gostaria que o senhor me respeitasse como eu sempre respeitei o senhor no diálogo”. E ele continuou sendo muito grosseiro. E, diante da situação, ela se calou. Eu soube que ela foi para casa muito chateada, muito aborrecida, porque ninguém quer ser agredido por ninguém, de qualquer lado. Aí ela passou para a gente, para todos os voluntários, o fato. Então todo mundo foi solidário a Sônia. E eu acho isso importante.

Mas, agora, falo em nome de todas as voluntárias do Voto Consciente aqui da Câmara: ninguém tem a pretensão, ninguém quer fazer do trabalho voluntário uma luta, uma briga; não, todos nós estamos juntos em defesa da democracia. E se é um período de conferir, isso é importante também para a democracia. Mas, em momento algum, o Voto Consciente torna-se partidário. Ele é apartidário sempre, ele faz uma análise da presença, dos PLs, por exemplo.

Essa semana que passou tinha uma série de projetos de lei que não podem nem entrar porque eles não precisam, porque já estão previstos na Constituição. Então, não haveria necessidade porque ocupa o tempo do Vereador, de toda a estrutura da Câmara, para ser votado. Então, são essas coisas, porque vai fazer um projeto de lei que é contra, se já existe a lei?

O Voto Consciente sempre se colocou à disposição para discutir com todos os

Vereadores, inclusive, ele manda no início do ano letivo todos os critérios de avaliação. E está aberto a discutir e ver o porquê de cada avaliação; está aberto para qualquer discussão. Estou falando em nome do Voto porque com certeza a instituição tem essa abertura.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Dona Edna, obrigado pela sua participação, quero só dizer à senhora que o trabalho de vocês é muito importante. Não só o do Voto Consciente, como também de várias instituições que fiscalizam os poderes. Também é importante o trabalho daquele munícipe que elege, vota em determinado político, e depois fica quatro anos observando o que ele está fazendo: acompanhando, cobrando, sugerindo, reclamando e é muito importante. Isso é do jogo democrático, faz parte.

No tempo da ditadura fui dezessete vezes preso, torturado, fui para o Doi Codi, sou surdo de um ouvido por conta de choques elétricos, apanhei muito, quase morri no tempo da ditadura para ganhar o direito de a senhora fazer o que está fazendo. E não me arrependo. A democracia é muito dura, muito difícil. Somos autoritários dentro de casa, uns com os outros. A questão da ditadura está dentro de nós, não gostamos de ouvir o que não é música para os nossos ouvidos.

Temos de nos acostumar a ouvir um “não”. O importante é ter respeito. Portanto, repito: acho o trabalho de vocês fundamental, vocês deixam todos nós espertos, preocupados. Para mim é importante e para os colegas também. Às vezes, se discorda em critérios que são estabelecidos e daí temos o direito de dizer que estamos sendo avaliados por um critério que não é o nosso.

Por exemplo, há Vereadores que foram eleitos pelo setor sindicalista, voltado para dentro da fábrica, o outro é de modo diverso, então, os mandatos não são uniformes, não podemos colocar uma camisa de força e dizer que vamos agir do mesmo modo, não é assim que funciona. Eu não vou às portas de fábrica, o outro já vai muito, pois é lá que ele deve satisfações para quem o elegeu. Agora, vou aos movimentos de bairro, ou seja, cada um tem o seu jeito.

Mas, temos de trabalhar sempre com a presença de vocês. Sou absolutamente contra quem sobe na tribuna e desqualifica o trabalho do fiscalizador. Isso também é uma maneira de prejudicar a democracia. O que precisa ser dito é como é o trabalho de um Parlamentar, como é a Lei Orgânica, o Regimento, onde tem de estar obrigatoriamente e aumentar a fiscalização, não diminuir.

Não só do Legislativo, mas também do Judiciário.

A juíza do Conselho Nacional de Justiça está brigando com os Tribunais de Justiça porque ela está colocando o dedo na ferida e as pessoas não querem. Tem de pôr o dedo na ferida sim! No Executivo, nos empresários corruptos, que estão sempre escondidos atrás da cortina.

Como o *Fantástico* mostrou esses dias a reportagem de empresas no Rio de Janeiro que corrompem o servidor público, oferecendo propina na maior cara-de-pau. Esses também são brasileiros. Não ganham salário público, mas tiram dinheiro público. Então, sou favorável à transparência, mas com respeito, sem perguntar ao Vereador: “o senhor estará no motel, aqui ou ali”. Essa não é brincadeira que se faça, ainda mais para colocar no ar. É muita baixaria.

Dessa forma, construiremos nossa democracia. E ninguém pode reclamar, todos têm de estar dentro do barco constituindo a democracia. Peço desculpas por falar demais, mas não havia falado nada ainda sobre esse assunto. Acho que valeu a pena a oportunidade.

Não havendo mais inscritos para discutir o projeto, está encerrada a segunda audiência pública do Projeto de Lei 350/10.

Esta aberta segunda audiência pública do Projeto de Lei 04/11, de autoria dos Srs. Vereadores Aurélio Miguel, Sandra Tadeu, Milton Leite, José Ferreira dos Santos – Zelão, José Américo, Paulo Frange, Noemi Nonato, Milton Ferreira e Jamil Murad.

“Impõe o recolhimento de produtos alimentícios vencidos ainda não comercializados pelos seus respectivos fabricantes, importadores, distribuidores e

fornecedores, e dá outras providências”.

Estou estranhando aqui, nobre Vereadora Sandra, porque fiz parte da CPI da Covisa e me lembro de ter participado desse projeto. Está assinado, mas não está aqui meu nome, Então, por favor, peço à Assessoria que inclua meu nome porque também sou autor desse projeto. Trocaram meu nome pelo do nobre Vereador Milton Leite. Por favor, corrijam. O nobre Vereador Milton Leite não era dessa CPI.

Peço à nobre Vereadora Sandra Tadeu, que também é coautora do projeto, para que faça a defesa do projeto, uma vez que estou presidindo a audiência.

**A SRA. SANDRA TADEU** – O PL 004/11 foi concluído na CPI da Covisa, um trabalho muito importante que, Srs. Vereadores, no momento em que fazíamos as vistorias nos supermercados, inclusive de grande circulação, em áreas nobres da cidade de São Paulo, e não somente em periferias, observamos o grande número de alimentos vencidos nas prateleiras de supermercado.

Na época, uma das desculpas era que o responsável por aquele setor, aquela prateleira, era o próprio fornecedor do alimento.

Outro motivo pelo qual fizemos esse projeto é que, muitas vezes, as pessoas retiravam esse material vencido e o reutilizava em outros locais.

Então, o projeto propõe que as fábricas, os fornecedores, terão de retirar seu produto das prateleiras após terem vencido.

Então, foi isso que observamos, nobre Vereador Natalini. Acho muito importante que a própria Covisa fiscalize. Até pelo número de fiscais de que ela dispõe e por uma série de fatores, a Covisa não tem condições de fiscalizar cada mercado.

Nós, que vamos ao supermercado quase que diariamente, temos de observar a validade e chamar o gerente, para que o produto seja retirado da prateleira.

Isso é competência da Covisa, mas pelo número insuficiente de fiscais ela não tem condições. Com isso, nós todos corremos o risco de ingerir alimentos vencidos.

Complementando a fala anterior, acho que a fiscalização é muito importante. Temos de fiscalizar o Executivo e todos os acontecimentos. Para isso estamos aqui, além da propositura de projetos.

E diante dos últimos acontecimentos, do Voto Consciente, acho que a audiência pública é importante sim, principalmente essas audiências que vêm para as comissões permanentes da Casa.

Nem todo projeto passa por duas audiências públicas, apenas alguns. E teria de ser obrigatório ao nobre Vereador proponente relatar o motivo pelo qual ele propõe o projeto. Muitas vezes, pessoas aparecem para nós pedindo que apresentemos tal projeto e o Vereador, para ser agradável, propõe. Mas às vezes ele nem se interou de fato, foi atrás, analisou.

Não faço isso, mas alguns fazem. Por isso, acho que o Regimento Interno da Casa e, para algumas coisas, até a Lei Orgânica do Município, teriam de ser revistos, porque queremos ser tão transparentes que isso acaba nos prejudicando. Não estamos infringindo a lei.

A lei não nos obriga a sentar aqui e explicar o projeto, assim como não nos obriga a estar presente na audiência pública. Os Srs. Vereadores autores do projeto em tramitando teriam de estar aqui até mais do que nós, que estaremos na Comissão para absorver e discutir o projeto.

Cada um de nós, membros da Comissão – estou dando o exemplo da Comissão de Saúde –, será relator de um desses projetos, dando nossa opinião. Assim como também acho que os projetos do Executivo não podem ser tratados somente na Comissão.

Muitos deles são colocados no congresso de comissões e muitas vezes a gente acaba votando sem saber a fundo o projeto do Executivo. Ah, porque tem pressa, o prazo vai vencer, não sei o quê. Acredito que dentro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, cada projeto do Executivo que entrar na Casa tem de ser discutido pelo Secretário da área, não é mandar o técnico. É o Secretário da área responsável pelo projeto.

Ele tem de vir aqui dizer porque aumentou IPTU; para onde é que vai; porque vou mudar a mão; porque vou proibir o caminhão? Sei lá. O Executivo tem de estar permanente dentro desta Casa. Os órgãos do Executivo tem de estar aqui diariamente falando para nós: olha esse projeto é isso, é isso aquilo. Acredito ser oportuna, nobre Vereador a ideia de falar com o presidente da Casa, convocar essa reunião para os 55 vereadores estarem aqui para que possamos reformular todas essas questões que acredito ser de suma importância. É um trabalho louvável que o voto consciente faz. Ela é voluntária, que eu saiba a senhora não recebe nada, acredito que nem a Sônia também, não sei bem como funciona isso, mas pela Dona Edite, sei que ela está aqui, simplesmente, para ver a cidade dela na área de saúde melhorar quais são as dificuldades que a Cidade de São Paulo tem na questão de saúde. Esse é um trabalho louvável, ela não está ganhando para nada. Ainda ganhamos o nosso salário. Que é um salário. Não é que nem a turma fala que nós ganhamos no nosso gabinete, não sei quanto mais não sei quanto, mais não sei quanto. Cada funcionário meu tem o seu salário. Cada um ganha o seu salário. Não vem para mim o salário. É para o funcionário que também é um cara que trabalha, tem família para sustentar, e com esse salário que ele vai fazer esse tipo de serviço. Era o que eu tinha a dizer do assunto anterior.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Ok. Cumprindo a nossa audiência, está inscrita para falar sobre o PL 4/11, a Sra. Marta Virginia Machado, da Covisa.

**A SRA. MARTA VIRGINIA MACHADO** – Trabalho na Covisa, na Subgerencia de alimentos, sou técnica da vigilância sanitária de alimentos, nutricionista e diante do projeto dos Vereadores que a Dra. Sandra Tadeu estava explicitando, é uma intenção louvável e ela já se encontra devidamente abarcada em uma portaria do Município de São Paulo, que está alicerçada no código sanitário do Município, a Lei 13 725, de 2004 e essa portaria foi recentemente, publicada no *Diário Oficial do Município* de São Paulo, Portaria 2619, de 06 de dezembro de 2011. E felizmente, já se encontra, devidamente contemplado que os fabricantes importadores, distribuidores, fornecedores, incluindo, também, os comerciantes eles têm uma

responsabilidade compartilhada pelo controle dos produtos que detém, tanto na qualidade quanto nos prazos de validade, quanto na rastreabilidade. O que significa isso? O círculo de vida útil, desse produto, com esta portaria, porque ela é um guarda chuva, porque a Covisa faz indústria, atacadista, importador e comércio varejista. Ela então é um guarda chuva que contempla todos estes estabelecimentos com essas atividades. Tanto que ela se refere a esta portaria as atividades para poder que todos sejam, devidamente, abarcados no âmbito da aplicação e nenhum deles fica de fora.

Então, vou ler o art. 1º da Portaria 2619/2011-SMS.G

“Regulamento de Boas Práticas e de Controle de condições sanitárias e técnicas das atividades relacionadas à importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem e reembalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos – incluindo águas minerais, águas de fontes e bebidas -, aditivos e embalagens para alimentos.”

No âmbito municipal devem atender ao regulamento. E no que tange a esse assunto extremamente importante a Portaria determina que conjuntamente todos os envolvidos nas etapas produtivas até a etapa de distribuição e comercialização para o consumidor entram também em serviços de alimentação. Todos são corresponsáveis pelo controle da validade, pelo programa de recolhimento dos alimentos, pela devida segregação e pelo devido destino final dos mesmos, quais sejam devidamente atrelados à política nacional de resíduos sólidos que está referenciada já nesta portaria.

A gente fez um estudo de resíduos sólidos e os mesmos devem ter, em consonância com o programa de recolhimento e a política nacional de resíduos sólidos, o devido acondicionamento separando os recicláveis do orgânico. E depois determinando o destino final dos mesmos como? No Município de São Paulo? Deverão ser apenas contratados serviços de descartes com empresas devidamente cadastradas na Limpurb da Prefeitura do Município de São Paulo. No *site* da Limpurb se encontram todas as empresas devidamente

cadastradas que estão autorizadas a fazer o descarte nos devidos aterros sanitários, que também estão devidamente autorizados pela Cetesb.

Tenho o Parecer com todos os itens e acho louvável a iniciativa do Vereador Aurélio Miguel e da Dra. Sandra. É realmente uma preocupação da Covisa e esta Portaria já abarca essa questão. Se vocês tiverem alguma complementariedade a fazer, vou deixar esse documento com a nobre Vereadora. Qualquer dúvida pode ser esclarecida com a Covisa.

O meu colega Eduardo da Costa Ramos é químico, faz indústria de água mineral, fiscaliza embalagens e tem uma ampla experiência. Vai complementar a minha fala.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Tem a palavra o Sr. Eduardo da Costa Ramos. Pedirei que seja compacto para aproveitarmos mais o tempo.

**O SR. EDUARDO DA COSTA RAMOS** – Boa tarde a todos. Como a Marta disse, meu nome é Eduardo. Serei breve.

É irrelevante eu falar que esse projeto de lei não inova no ordenamento jurídico. Já temos normas complementares e leis que relatam essas questões. A segunda questão relevante que me chamou a atenção foi o valor de multa dado a esse projeto. Partindo da premissa que esses supermercados e hipermercados que a Dra. Sandra mencionou possuem um balanço patrimonial da ordem de bilhões de reais...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EDUARDO DA COSTA RAMOS** – O valor da multa eu imagino que estaria em torno de dois a dez mil reais. Então, para ele, sob o ponto de vista econômico, fica questionável se equiparar ou não a esse tipo de situação sanitária por uma questão de custo. Como técnico digo que isso é muito comum. Só para que as pessoas entendam, aliás, isso é uma discussão pública e acho que é relevante comentar algumas coisas. Como agente público, basicamente a nossa ação tem duas questões: ela é vinculada ou é discricionária.

Vinculada é a obrigação que a gente tem de tomar uma decisão ali. E quando eu

falo vinculada é o seguinte: quando acontece uma infração sanitária, qual seja o tipo de infração, eu, como agente público tenho o dever de autuar. Isso é obrigação.

A discricionariedade que envolve a questão de escolhas, claro, dentro dos limites da lei, envolve também a possibilidade de punições: multa, interdição do estabelecimento. Cabe ao agente público essa escolha. O nosso Código Sanitário Municipal dá uma ampla discricionariedade para a gente. Só para vocês terem uma ideia, em termos de valor de multa, esse valor varia de 100 a 500 mil reais. Então, esse projeto de lei estipulando esse valor de dois a dez mil está restringindo esse meu âmbito discricionário.

De certa forma ele favorece o fiscalizado e desfavorece o fiscalizador. Essa é uma questão importante também porque a partir do momento que o nosso Código Sanitário fala desses valores e escolhas que posso fazer com o agente público – e essa lei restringe esses valores – isso fica muito favorável para aquela pessoa jurídica ou física.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Vou pedir para ser juntada a Portaria no projeto e as sugestões que foram dadas aqui estão anotadas e vão também para o projeto.

Eu e a Vereadora Sandra Tadeu nos comprometemos, como nos comprometemos, em verificar com muito carinho essa questão da multa. Realmente a multa é muito pequena e audiência pública é exatamente para isso, para ser corrigido aquilo que não está.

Agradeço a participação da Covisa e vamos aproveitar tanto a Portaria como as sugestões que vocês deram e faremos um substitutivo ao nosso projeto. Peço que vocês possam corrigir o erro de nomes que está na capa do projeto – tirando o Milton Leite, que não foi da CPI – e incluindo o Vereador Natalini. Só isso então.

Se não houver mais ninguém para se pronunciar a respeito desse projeto eu dou por realizada a segunda audiência pública do PL 04/2011.

Está presente o nobre Vereador Milton Ferreira, que também é médico.

Primeira audiência pública do PL 407/11, do nobre Vereador Jamil Murad, que

altera a redação do art. 90 da Lei nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004, com a finalidade de determinar a inscrição no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde para cada classe de produtos e sua renovação anual e dá outras providências.

Tem alguém da assessoria do Vereador Jamil Murad? João Máximo, em nome do gabinete do Vereador Jamil Murad, fará a defesa do projeto.

**O SR. JOÃO MÁXIMO** – Boa tarde a todos. Sou assessor parlamentar do Vereador Jamil Murad. Esse projeto saiu do seio da CPI da Covisa que teve nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Mais um projeto da CPI. O anterior foi também e esse é o segundo, que o Jamil está trazendo.

**O SR. JOÃO MÁXIMO** – Esse projeto saiu do seio da CPI que estava preocupada da forma com que estavam sendo acompanhadas as empresas instaladas no Município. O projeto é muito simples, ele prevê que todas as empresas tenham licença sanitária, porque autorização eles já têm do Ministério da Saúde, da Anvisa, mas têm a licença sanitária do Poder Público Municipal e que essa licença seja renovada anualmente, porque a gente sabe que, muitas vezes, muitas empresas – algumas, claro, que não – o fiscal vai lá, inspeciona a empresa, vira as costas e a empresa volta a não ter mais aquelas recomendações que foram dadas na fiscalização.

Quando você obriga a empresa a renovar anualmente a sua licença, você leva a fiscalização novamente para a empresa. Nós entendemos até das dificuldades que a Covisa tem para fazer as inspeções, mas basta o Poder Público melhorar as condições da Covisa. Nós, este ano, apresentamos uma emenda parlamentar para mandar mais verba para a Covisa para que a Covisa possa, de fato, exercer o seu papel.

Esse projeto também prevê que a licença seja para cada classe de produto porque para cada classe de produto existe uma condição diferente. Quando eu junto em uma licença só para diversas classes, eu não consigo depois, a municipalidade não consegue acompanhar o risco sanitário que aquilo vai acontecer.

Você armazenar alguns produtos como sabonetes é diferente de você armazenar um produto implantável. Nós temos os escândalos que aconteceram recentemente com os implantes de mama. Hoje mesmo estava no jornal que a Anvisa suspendeu a importação dos implantes até se regulamentar como vai fazer isso junto ao Inmetro.

Então, essa é a preocupação que veio lá do seio da CPI e que o nobre Vereador trouxe para esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Agradecemos ao João Máximo, do gabinete do nobre Vereador Jamil Murad, a defesa do projeto.

Chamo a Renata Mendes, da Covisa.

**A SRA. RENATA MENDES** – Boa tarde a todos. Meu nome é Renata, sou Subgerente de Medicamentos e Produtos da Covisa.

Gostaria de esclarecer como trabalha a Covisa. Não temos um número certo, mas temos em torno de 60 mil estabelecimentos que estão sujeitos à ação da Vigilância Sanitária. Como trabalhamos com isso? Trabalhamos verificando risco.

Todas as empresas precisam estar cadastradas conosco que é a nossa licença inicial e isso já está previsto no nosso Código Sanitário. Agora, atrelar a isso todo ano estarmos renovando essa licença será um ato puramente burocrático, pois vocês hão de convir que em um Município, como São Paulo, com 60 mil estabelecimentos e todos dependerem da nossa inspeção para poderem funcionar. É óbvio, se eu não tiver renovado, tenho de fechar o estabelecimento. Ele não pode funcionar sem a minha licença. Atrelar isso a inspecionar antes, vai ser inviabilizar as empresas do Município. Isso não tem como acontecer.

O que a gente faz? A gente inspeciona? A gente inspeciona sim, dentro do nosso programa de inspeção. Aqueles estabelecimentos que consideramos que oferecem mais risco, por exemplo, no meu caso, eu tenho as empresas que são importadoras de implantes. Isso é um risco? É. São as primeiras que inspeciono? São. Estou lá todo o ano? Estou. Depende de ela me pedir alguma coisa? Não. Eu preciso avaliar o risco e ir inspecionando.

Esse projeto está atrelando as empresas só passarem a funcionar quando eu for. Isso você estará falando do bar da esquina, do restaurante, de qualquer um deles. Então, a gente acha que, hoje, a legislação que a gente tem já está bem focada para podermos avaliar o risco, inspecionar e controlar o setor regulado nas condições que acreditamos serem necessárias. Hoje, não seria necessário acrescentar mais coisas na legislação que temos.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Obrigado. Ouvidas as partes: o projeto e a Covisa. Pergunto se mais alguém quer se manifestar a respeito do projeto.

Dou por realizada a primeira audiência pública do PL 407/11, do Vereador Jamil Murad.

O último projeto é sobre o tema criança e adolescente.

Primeira audiência pública do PL 413/10, dos Vereadores Floriano Pesaro e Netinho de Paula. Determina a fixação de placa de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, e dá outras providências.

Há alguém inscrito para a defesa do projeto? Alguém do auditório deseja se manifestar a respeito do projeto?

Não havendo nenhuma manifestação, dou por encerrada a primeira audiência pública do PL 413/2010.

Não havendo mais nada a ser tratado, está encerrada a audiência pública.

Convoco todos para a reunião ordinária da Comissão de Saúde no dia 28 de março, às 13h, no Salão Nobre.